

Raízes do ceticismo

ECONOMIA BRASILEIRA AINDA ENFRENTA UM OLHAR POUCO CRÉDULO DO EXTERIOR

*Rogério L. Furquim Werneck**

Na semana passada, na edição de 2 de novembro, terça-feira, o *Financial Times* publicou um suplemento especial sobre o Brasil. Afora escorregadelas menores, o suplemento exhibe a marca habitual de competência, seriedade e precisão, sobre a qual o jornal construiu sua reputação e indiscutível proeminência como formador de opinião. Publicado cerca de oito meses depois do País ter dado início a um notável esforço de restauração de credibilidade, ao fim do tumultuado primeiro bimestre deste ano, o suplemento oferece a oportunidade de se aferir não só o muito que se avançou, mas também a extensão da tarefa de reconstrução de credibilidade que ainda resta pela frente.

Não há como concluir da leitura das suas seis páginas que o País recebeu um tratamento desfavorável. Muito pelo contrário. Principalmente no que diz respeito às perspectivas de longo prazo. Mas em meio ao tom, em geral, positivo, subsiste um óbvio travo de ceticismo que merece análise mais detida. A própria manchete da primeira página – *“It’s time to prove mould has been broken”* – já não deixa dúvidas a este respeito. Uma tradução livre adequada poderia ser *“É hora de mostrar que o país realmente mudou”*. Mas talvez valha a pena preservar o sentido mais literal e contundente da expressão, bem como a referência mais precisa que com ela é feita, quando volta a ser utilizada na matéria que a tem como manchete. A idéia é que chegou o momento de provar que a matriz na qual o governo moldava o seu comportamento no passado foi de fato destruída.

Mesmo elogios francos e enfáticos deixam antever parte do teor das inquietações que ainda permeiam a análise: *“O desempenho macroeconômico do Brasil neste ano tem sido certamente melhor do que mesmo os mais ardentes defensores do governo poderiam imaginar possível em janeiro, quando um colapso na confiança internacional e uma fuga maciça de capitais deixaram o país à beira do caos financeiro e da sua terceira moratória da dívida em duas décadas.”* Gostemos ou não, o fato é que a nódoa da moratória de 1987 e do confisco de ativos financeiros do início dos anos noventa ainda parece longe de ter desaparecido. Continua a ser um referencial constante, não importa quão pouco provável possa de fato ter sido o cenário de uma moratória no início deste ano. E vai custar a desaparecer por completo. Muito menos enquanto houver terreno político fértil para idéias exóticas sobre a dívida pública, especialmente entre os partidos de oposição ao governo federal.

Mas o que continua a ser a grande fonte de ceticismo é a velha dúvida sobre o efetivo compromisso do governo com a agenda de reformas e com a manutenção de um desempenho fiscal compatível com o controle do endividamento público. Ainda permanece viva a memória da inconstância do governo nesta área durante o primeiro

mandato. Como, “*perante situações semelhantes no passado, o Brasil preferiu um alívio passageiro, protelando as decisões difíceis*”, o que agora se cobra são demonstrações convincentes de que o País de fato mudou. “*Com a economia ainda parada, a popularidade do presidente em queda e eleições municipais no próximo ano, a questão é se Sr. Cardoso vai ser capaz de manter o curso.*” Não chega a ser uma pergunta original. Mas é a questão central que domina a percepção que qualquer analista minimamente lúcido tem da atual situação econômica. Não é de se estranhar que seja a preocupação fundamental do *Financial Times*.

Não obstante todo o sucesso da política econômica neste ano, ainda falta muito para dar por concluída a tarefa de reconstrução de credibilidade. É verdade que o País mudou da água para o vinho deste o final do ano passado. Foi feito um esforço de ajuste fiscal mais do que louvável – dadas as circunstâncias e, especialmente, o desfecho melancólico das tentativas anteriores nesta área. A questão cambial foi resolvida com folga e, até agora, com um custo surpreendentemente baixo em termos de aceleração inflacionária. A impressionante queda da taxa real de juros básica da economia trouxe-a afinal ao limiar do que poderia começar a ser considerado minimamente civilizado. E, graças a tudo isto, o País parece ter pela frente a sua melhor oportunidade em duas décadas de recolocar a economia no trilho de um processo de crescimento sustentado, a taxas relativamente altas. Não é pouco. Mas ainda falta.

O quadro fiscal continua precário. O ajuste possível das contas públicas envolveu uma combinação de repressão pelo lado dos gastos – cortando o que podia ser cortado, e não necessariamente o que deveria ser cortado – com pesada elevação de tributos de tão baixa qualidade que não deveriam nem mesmo existir. Falta mostrar agora que o País adquiriu condições de manter as contas públicas sob controle, ano após ano. E isto vai exigir que o esforço fiscal de emergência dê lugar a um ajuste de melhor qualidade, mais sustentável e compatível com a almejada retomada do crescimento. É mais do que sabido que a construção deste novo regime fiscal está dependendo de reformas que continuam avançando a passos preocupantemente lentos, especialmente quando se tem em conta a paralisia de que pode ser acometido o Congresso quando começar a se mobilizar com as eleições municipais do ano que vem. Se falta ainda tanto empenho para que possamos nos livrar dos nossos próprios olhares incrédulos, não temos porque reclamar da ponta de descrença que ainda se nota no exterior.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.